

Prezados(as) Senhores(as),

Minha proposta a esse fundamental Plano Diretor em sua revisão intermediária diz respeito ao meio-ambiente e ao imenso risco de destruição do mesmo no que tange à mais simbólica e querida área verde da Cidade de São Paulo: o Parque Ibirapuera.

Gostaria de dividi-la em dois tópicos: “Adensamento Imobiliário do Entorno” e “Desastre Ambiental causado pelas novas rotas de decolagem decretadas pelo Aeroporto de Congonhas” como discriminado a seguir:

- Adensamento Imobiliário:

**É URGENTE** que sejam interrompidas as licenças para novas construções no entorno do Parque! O que até 10 anos atrás era uma área preservada de casas na Vila Uberabinha e Vila Nova Conceição, o que garantia um invólucro saudável ao meio ambiente do Ibirapuera, está cada vez mais sendo transformado em um paredão de prédios altíssimos comprometendo o bioma do Parque, com graves danos à fauna local e seus deslocamentos pelo entorno.

- Desastre Ambiental cometido contra o Parque Ibirapuera causado pelas novas rotas de decolagem do Aeroporto de Congonhas:

É de conhecimento geral que a responsabilidade sobre as rotas aéreas e o espaço aéreo brasileiro são de competência do DECEA e do COMAER. Entretanto, para empreender as mudanças das rotas de pousos e decolagens em Congonhas, é de se supor que esses órgãos necessitem de autorizações várias.

No que tange à Prefeitura, tudo indica que foram usurpadas as prerrogativas exclusivas da Municipalidade sobre a determinação dos níveis máximos de ruídos de acordo com as Leis de Uso do Solo conforme o explicitado na página 19, sob o item “Considerações Complementares”, do Plano Específico de Zoneamento de Ruído (PEZR) de 2019 elaborado pela INFRAERO e sacramentado pela ANAC, documento esse que pavimentou, de certa forma, a referida mudança das rotas, fato colocado nos seguintes termos:

“Além das alterações dos limites territoriais das Curvas de Ruído em relação ao PEZR anterior, observa-se que mudanças significativas ocorreram nas restrições ao

uso do solo contidas neste novo PEZR, especialmente com referência aos usos residenciais (permanentes ou temporários), educacionais e de serviços de saúde e igrejas, auditórios, salas de concerto, templos, associações religiosas, centros culturais, galerias de arte, cinemas, teatros e empreendimentos equivalentes, usos anteriormente proibidos nas áreas de 65dB (DNL) ou mais, embora sujeitos a eventual liberação federal. De acordo com o novo PEZR, esses usos estão autorizados (...)

e ainda:

“A Infraero interagiu com a Prefeitura Municipal de São Paulo com o objetivo de elaboração deste PEZR com a participação do Município, conforme previsto no RBAC nº 161, item 161.31(d). Foram realizadas três reuniões, cujos registros estão nos Anexos 1 e 2 deste documento. Até a data de emissão deste PEZR, 24 de abril de 2019, a Prefeitura Municipal de São Paulo ainda não havia entregue as suas análises quanto às propostas apresentadas pela Infraero. Em função de prazo comprometido com a ANAC, a emissão do PEZR não pôde ser adiada. Após o recebimento da manifestação da Prefeitura Municipal, o PEZR poderá vir a ser revisado.”

Consultada posteriormente pelos munícipes ultrajados pelos absurdos ruídos provenientes dos motores das aeronaves sobre o Parque, inclusive durante o período noturno, além do despejo contínuo de resíduos químicos provenientes da queima de combustível aeronáutico sobre a fauna e a flora locais, a Prefeitura informou que em nenhum momento autorizou qualquer mudança em relação às restrições ao uso do solo e que não daria qualquer resposta até a revisão desse Plano Diretor.

Portanto, urge que seja exigida a reestruturação de todo o processo de mudança de rotas de Congonhas sobre a Cidade de São Paulo, à luz desse Plano Diretor, mudança essa que desde o dia 01/01/2022, quando segundo o COMAER as novas rotas foram consolidadas e as antigas desativadas, está causando um verdadeiro DESASTRE AMBIENTAL contra o Parque Ibirapuera.

Vale ressaltar que o Licenciamento Ambiental do Aeroporto se encontra vencido há mais de 10 anos, o que implica também em ações urgentes da CETESB para que a o descalabro ambiental cometido contra o Parque do Ibirapuera seja devida e permanentemente suspenso através dessa regularização.

Vale destacar ainda que, no sentido de que o Plano Diretor tome as providências cabíveis em relação ao nível de ruído permitido pela Lei do Uso do Solo em relação ao Parque Ibirapuera, existe uma Previsão Normativa do próprio COMAER que estabelece áreas restritas de voo para proteger ambientalmente determinada região de acordo com o aqui reproduzido:

*“Por fim, ao longo de todo o processo de modificação da TMA-SP, caso se considere pertinente a necessidade pelos interessados, de promover algum tipo de restrição de sobrevoo ao Parque do Ibirapuera, existe previsão normativa do estabelecimento de áreas restritas para proporcionar a proteção de determinada região, como, por exemplo, a proteção ambiental, mediante a criação de um espaço aéreo condicionado, nos termos da ICA 100-38 – Espaço Aéreo Condicionado”.*

Na certeza de que as propostas aqui colocadas, que visam reestabelecer os parâmetros legais de proteção ambiental e de poluição sonora e química que constam na Lei de Uso do Solo do Município de São Paulo, sejam devidamente levadas em conta com o objetivo de salvarmos o Parque Ibirapuera e sua fauna e sua flora através das determinações soberanas desse Plano Diretor, subscrevo-me.

Atenciosamente,

A black rectangular box used to redact the signature of the official.